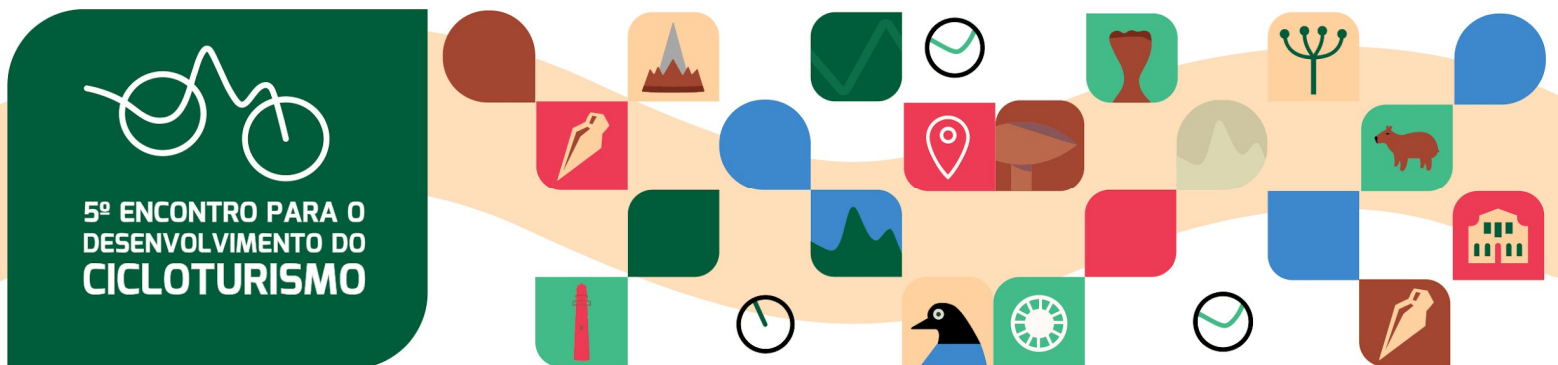




bit.ly/5edesc
planett.com.br/edesc

CICLOETNOGRAFIA: QUESTÕES DE MÉTODO E EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS

CYCLOETHNOGRAPHY: METHOD QUESTIONS AND PRACTICAL EXPERIENCES

Fábio Carminati ¹

FORMATO PARA CITAÇÃO:

CARMINATI, F. Cicloetnografia: questões de método e experiências práticas. In: ANAIS DO ENCONTRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CICLOTURISMO. 5, 2026, Curitiba, Paraná. Anais. Rio de Janeiro: Planett, 2026. p. 144-153. ISSN 2965-3568. DOI: 10.5281/zenodo.19065612

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



RESUMO

Objetivamos neste texto tratar da cicloetnografia como resultado de duas práticas distintas, o trabalho de campo e a viagem de bicicleta. Por trabalho de campo, como argumentaremos, entendemos a etnografia; e por viajar de bicicleta, a utilização deste meio de transporte para percorrer longas distâncias, geralmente de modo autônomo e autossuficiente – o que chamamos de cicloviação. Iniciaremos de modo analítico, tratando separadamente cada uma dessas práticas, primeiro apresentando a etnografia e em seguida a cicloviação. Como resultado, a cicloetnografia surge em um processo dialético, ou totalização, das práticas que lhe deram origem. É esse movimento que pretendemos mostrar no que segue. Assim, a proposta é situar o leitor, proporcionando subsídios teóricos e descritivos para se aprofundar no tema e sobretudo se aventurar na pesquisa em movimento.

Palavras-chave: cicloetnografia; cicloviação; método progressivo-regressivo

ABSTRACT

In this text, we aim to address cycloethnography as the result of two distinct practices: fieldwork and bicycle travel. By fieldwork, as we will argue, we mean ethnography; and by bicycle travel, we mean the use of this means of transport to cover long distances, generally in an autonomous and self-sufficient manner – what we call cycle travel. We will begin analytically, addressing each of these practices separately, first presenting ethnography and then cycle travel. As a result, cycloethnography emerges in a dialectical process, or totalization, of the practices that gave rise to it. It is this movement that we intend to show in what follows. Thus, the proposal is to situate the reader, providing theoretical and descriptive support to delve deeper into the topic and, above all, to venture into research in motion.

Keywords: cycloethnography, bicycle travel; progressive-regressive method

Costuma-se atribuir a origem da etnografia aos trabalhos de pesquisa de Bronislaw Malinowski no início do século XX. (Laplantine, 2007, p.75) Até esse momento os antropólogos eram avessos às viagens, encerrando-se em seus gabinetes e trabalhando a partir de “dados” coletados por outras pessoas, viajantes, como colonos, comerciantes e missionários. Eram viajantes que em lugares “exóticos” remetiam seus relatos a esses antropólogos de gabinetes, como James Frazer, autor de *O Ramo Dourado*. Esses lugares geralmente faziam parte dos domínios conquistados pelo Império Britânico, ou eram colônias ou ex-colônias de outras nações imperialistas europeias. A partir desses relatos de segunda e terceira mão, dos “dados” coletados pelos viajantes, os antropólogos de gabinete fizeram suas inferências e construíram as suas teorias. Na segunda metade do século XIX, ainda vigorava – embora já apresentasse fissuras - o modelo ou padrão de objetividade científica oriundo das ciências naturais, especialmente da física e da biologia, e que era considerado o único válido para atestar a cientificidade de um campo de conhecimentos – como a antropologia em estado nascente. A partir desse modelo de objetividade e da visão de mundo mais ampla e dominante desde a eclosão do iluminismo e das Revoluções Industrial e Francesa, os antropólogos chegaram à conclusão de que a humanidade, assim como as espécies, evoluía naturalmente em direção a um *telos* - ou fim – predeterminado. Trata-se, de acordo com essa perspectiva, de uma lei inexorável de evolução da humanidade rumo a uma condição social, econômica e cultural. Ao comparar os “dados”, i.e., os relatos que chegavam das terras distantes, que narravam os modos de vida e os costumes e crenças de seus habitantes, ao seu próprio modo de vida europeu, os antropólogos dessa época concluíram que eram povos primitivos, que estavam atrasados na linha evolutiva. E, ao mesmo tempo, sub-repticiamente, determinavam como *telos* universal a civilização ocidental criada pela dupla revolução e baseada na fábrica e no combustível fóssil como matriz energética. Qualquer outra sociedade que não possuísse o desenvolvimento tecnológico europeu desse período era considerada primitiva e localizada em uma etapa anterior da evolução unilinear da humanidade.

Tanto esse modelo de objetividade científica dominante quanto a concepção de uma evolução universal da humanidade começaram a ser contestados e refutados no início do século XX. Trata-se de um processo longo

e complexo e que, podemos dizer, ainda não está terminado ou completamente resolvido ainda hoje, no começo do século XXI.

A antropologia se abre para o diferente e recoloca o problema da alteridade quando decide ir encontrar o outro em seu próprio lugar e território. O sentido profundo do trabalho de campo que cientistas como Malinowski, Franz Boas e outros inauguram é compreender o outro em seu modo de vida e idiossincrasias, a partir de si mesmos e não tomando como padrão de medida uma cultura estrangeira. Logo essa ideia se torna corrente, e o trabalho de campo etnográfico se converte em um aspecto central da antropologia no início do século XX. “De um modo geral, tratava-se de conviver com um grupo de pessoas por períodos prolongados, muitas vezes durante um ano ou mais, para documentar e interpretar o seu modo de vida particular e as crenças e valores inerentes a ele”. (Hammersley; Atkinson, 2022, p.18) Durante o século XX, a etnografia foi sendo mobilizada em outras áreas da pesquisa social, especialmente na sociologia urbana a partir das pesquisas da Escola de Chicago nos anos 1920 e 1930. A etnografia se separa da etnologia que caracteriza o seu período inicial, renuncia à ideia de “povos primitivos” como objeto científico, e passa a ser mobilizada para estudar quaisquer coletivos, grupos ou sociedades, de qualquer perspectiva, seja, por exemplo social, cultural, econômico e político. Nesse desenvolvimento, cada vez mais trabalho de campo se transforma em sinônimo de etnografia, e o seu *modus operandi* a observação participante.

A observação participante é o cerne da etnografia, marca indelévelmente a sua origem como parte da revolução copernicana nas ciências humanas na virada do século XIX para o século XX. A etnografia, porém, não se reduz à observação participante: não só a transcende em vários âmbitos como se liga a outra parte da revolução copernicana nas ciências humana nessa época: a controvérsia metodológica.

Para entender isso, é fundamental recordar que a primeira obra, no período pós Revolução Industrial e Francesa, que é diretamente resultado de observação participante é a *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels, publicada em 1846. A obra de Engels precede em mais de 80 anos a publicação de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski e foi resultado de mais de dois anos de convivência com a classe trabalhadora de

Manchester, a “oficina do mundo”, epicentro irradiador da Revolução Industrial desde o final do século XVIII. Embora não utilize o termo, e seja de certa forma um anacronismo aplicá-lo na época, o que de fato Engels fez em sua obra foi resultado de uma etnografia. Ao dedicar a sua obra aos trabalhadores, ele escreve:

Vivi entre vós [trabalhadores] tempo bastante para alcançar o conhecimento de vossas condições de existência, às quais consagrei a mais séria atenção, examinando os inúmeros documentos oficiais e não oficiais que tive a oportunidade de consultar. [...] não me interessava um conhecimento apenas abstrato de meu tema – eu queria conhecer-vos em vossas casas, observar-vos em vossa vida cotidiana, debater convosco vossas condições de vida e vossos tormentos; eu queria ser uma testemunha de vossas lutas contra o poder social e político de vossos opressores. (Engels, 2010, p.37)

Percebe-se que Engels declara um objeto e um sentido claro em sua obra: a classe trabalhadora da Grã-Bretanha. É esse sentido que orientou o trabalho de campo e a redação do livro, e que por sua vez mediou a construção do objeto da pesquisa. O objeto da pesquisa de Engels não é um aglomerado de pessoas – ou um conjunto de átomos individuais movidos cada um por seu interesse, de acordo com a teoria liberal hegemônica na época (Hobsabawm, 1998, p.256); mas uma classe social, em sua situação vivida compartilhada como resultado histórico da expropriação e opressão que gerou e mantém o modo de produção capitalista. E que nesse período está em estado nascente como um dos produtos e resultados diretos da transformação provocada pela Revolução Industrial. A obra de Engels é pioneira, também, na área de sociologia urbana pelas descrições pormenorizadas de Manchester em conexão com as condições de vida e de trabalho de seus habitantes. Além disso, Engels mobiliza todas as fontes ao seu alcance, sejam oficiais ou não, além do arcabouço teórico propriamente dito.

É esse sentido e a construção prévia do objeto (com todas as modificações que possam advir da experiência em campo) que definem a etnografia como trabalho de campo. É ele que vai ligar todas as etapas, procedimentos, técnicas, e fornecer hipóteses parâmetros, pois, como escreve Bachelard (1974, p.250), o pensamento científico vai do abstrato ao concreto e do racional ao real. E é esse sentido, por fim, que está no cerne da controvérsia metodológica que emerge em meados do século XIX, e que revolucionou as

ciências humanas, assim como a teoria da evolução de Darwin, na mesma época, revolucionou a biologia e as ciências naturais.

Trata-se da recusa de entender a objetividade do conhecimento científico social de acordo com o padrão engendrado pelas ciências naturais, especialmente a física, e adotado como critério absoluto de cientificidade desde o século XVI. Este padrão se assenta em três premissas conforme Lowy (1998, p. 17), que em conjunto configuram a teoria positivista: a) a sociedade é regida por leis naturais, invariáveis e independentes da vontade humana, b) diante disso, a sociedade pode ser epistemologicamente estudada de acordo com o modelo de objetividade das ciências naturais; c) tanto as ciências sociais quanto as naturais devem limitar-se a observação e a explicação causal dos fenômenos de forma neutra e livre de preconceitos e julgamentos de valor.

O primeiro teórico a sustentar essa recusa, a questionar esse padrão e a reivindicar a especificidade do conhecimento científico social é Wilhem Dilthey (Outhwaite, 1975, p. 23) Por um lado, a obra de Dilthey continua a corrente teórica originada com as *lebensphilosophie* no final do século XVIII e a crítica da filosofia clássica alemã ao materialismo mecanicista do iluminismo francês. Por outro, ele argumenta que as ciências sociais devem adotar um método diverso das ciências naturais – e defende a distinção epistemológica entre *naturwissenschaft* (as ciências naturais) e as *geisteswissenschaft* (as ciências do espírito ou humanas). Dilthey se apoia na irredutibilidade da vida humana ao conhecimento racional e assenta o seu método na compreensão (*verstehen*) que temos do comportamento das pessoas. A sua busca o leva a adotar o conceito de empatia em um sentido epistemológico como fundamento e particularidade das ciências sociais. Entretanto, se sua obra inaugura a controvérsia metodológica, o caminho que ele segue acaba se revelando insolúvel para resolvê-la. O fundamental, em Dilthey, é a refutação da teoria positivista e a compreensão como método para as ciências sociais.²

² Vale ressaltar que aqui fizemos um brevíssimo esboço da complexidade e profundidade do debate a respeito da controvérsia metodológica. Nesse sentido, a obra de Max Weber é crucial para a sua continuidade e compreensão, especialmente em relação às suas críticas ao positivismo e evolucionismo.

Nesse sentido, para a etnografia, isso significa, parafraseando Sartre, que o interrogador e pesquisador é também interrogado e pesquisado em campo. Segundo ele

[...] é preciso considerar que a confusão das ciências sociais, hoje, provém do fato de que o questionador se toma como olhar absoluto em relação ao questionado, quando, na realidade, o fato de poderem se falar, comunicar-se, dizer coisas e se compreenderem, explica-se por se acharem em situação um perante o outro. (Sartre, 1987, p.65-67)

Para Sartre, compreender é estar em situação, e a compreensão de um ato ou atitude humana remete a situação e esta ao ato ou atitude em um movimento dialético. Pois o ser humano, para ele, é projeto, ontologicamente falando, ou seja, atividade e transcendência, manutenção do passado rumo a futuro por vir, presença e superação do presente. Para ele, a universalidade do projeto como condição humana fundamenta a compreensão como realidade humana e método científico. Assim, a tarefa do etnógrafo é compreender o sentido das ações humanas de acordo com o sentido de sua própria pesquisa. A etnografia é ela própria projeto cujo sentido é compreender, a partir da prévia construção do objeto de pesquisa, os projetos coletivos e singulares que se desenvolvem em seu campo de estudo. Para isso, Sartre (2002) sustenta uma antropologia que seja ao mesmo tempo estrutural e histórica, e constrói, na *Crítica da razão dialética*, o método regressivo progressivo.

Em síntese, a compreensão do etnógrafo realiza-se pela colheita, como diz Antonio Cândido (2010, p. 12), relativamente não estruturada dos dados em campo, a partir de fontes diversas, mas especialmente da observação participante em situação e do registro sistemático em diário de campo. E opera pela construção prévia do objeto como sentido e unificador de todo o processo de pesquisa, desde a questão inicial até a redação final dos resultados, de acordo com a finalidade prevista e da natureza do trabalho científico.

Assim, a cicloetnografia é a execução da etnografia viajando de bicicleta. É a pesquisa ativa e em movimento que se desenvolve ao ciclovijar por um determinado território. Por ciclovijar, entende-se utilizar a bicicleta como meio de transporte para percorrer longas distâncias com pelo menos um pernoite no caminho. Em geral, a cicloviação coincide com o cicloturismo como uma modalidade não utilitária de uso da bicicleta. O que não é o caso do

cicloetnografia, em virtude do trabalho de campo e da própria natureza da pesquisa. Nesse caso a cicloetnografia pode tomar como objeto a própria cicloviação em andamento. Ou então, construir como objeto o cicloturismo investigando a sua realidade e as suas diversas dimensões.

Independente do objeto construído que orienta a pesquisa cicloetnográfica há uma hipótese que temos testado em campo e que é fundamental para a colheita dos dados. Com efeito, o ciclovianante provoca empatia imediata em qualquer lugar que pare a sua bicicleta. Não se trata da empatia no sentido epistemológico de Dilthey, mas sim existencial. Em torno e a partir da bicicleta e da cicloviação desenvolve-se uma estrutura de sentimentos (Williams, 1979, p.134) empática à cicloviação. À interrogação de que modo o ciclovianante ou cicloturista é recebido, colocada em teste em campo, na grande maioria das vezes é respondida de forma positiva. É o que o autor desse texto tem experienciado em suas cicloviações, e é o que muitos outros cicloviantes narram em seus relatos.³ Essa estrutura de sentimentos é crucial no âmbito da pesquisa cicloetnográfica, pois predispõe a abertura para a alteridade – para o habitante local em relação ao ciclovianante e vice versa. E proporciona a confiança necessária para gerar a compreensão mútua e a base para a pesquisa científica em curso.

Pois a possibilidade de se abrir para a alteridade, de colocar em perspectiva os valores próprios em relação à diferença cultural, de experienciar o familiar como exótico, e o exótico como familiar faz parte da natureza intrínseca da cicloviação. De bicicleta, a condição de viajar com carga limitada e locomover-se pela própria força e disposição física predispõe ao desenraizamento. A cadência dos pedais, condicionada pelo esforço físico e perícia, induz a valorização do presente e amplia o interesse pelo “aqui e agora”. Desse modo o ritmo da cicloviação impõe a atenção aos detalhes, aos pormenores, ao visível, audível e olfativo somente em baixa velocidade e a propulsão humana. O projeto de ciclovianar é inseparável da imersão em outra cultura, não importa quão próxima ela possa ser da cultura do ciclovianante. E é

³ Arrolamos nas referências bibliográficas algumas obras que consideremos essenciais para a compreensão da cicloviação.

esse projeto que possibilita a conexão prática com a etnografia e pode resultar na cicloetnografia como metodologia científica de pesquisa social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, Gaston. O novo espírito científico. In: _____. **Os pensadores**. São Paulo: Abril, 1978.
- BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarita (org.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução de Marco Estevão, Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Editora 34, 2010.
- CAVALLARI, Guilherme. **Guia de trilhas Serra Geral: BluGrama**. São Paulo: Kalapalo, 2017.
- CAVALLARI, Guilherme. **Manual de mountain bike e cicloturismo**. São Paulo: Kalapalo, 2012.
- CAVALLARI, Guilherme. **Trans-Inca, sem ar e sem poncho nos Andes**. Minas Gerais: Kalapalo, 2024.
- CAVALLARI, Guilherme. **Transpatagonia, pumas não comem ciclistas**. São Paulo: Kalapalo, 2015.
- CEZINHO, Almeri; ACOSTA, Marlon; ACOSTA, Pietro Ávila. **Pedalar é possível**. Itajaí: Autor e Editor, 2017.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GARCIA, Eliana; TELLES, Rodrigo. **Cicloturismo. A arte de viajar de bicicleta**. Cristais Paulista: Edição do autor, 2024.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Etnografia: métodos de pesquisa**. Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

5º ENCONTRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CICLOTURISMO
CURITIBA, PR, 26 A 30 DE AGOSTO DE 2025

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor et al. (org.). **Etnografias urbanas**: quando o campo é a cidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

OUTHWAITE, William. **Entendendo a vida social**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1985.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética: precedida por Questões de método**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. **Sartre no Brasil**: a conferência de Araraquara. Edição bilíngue. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SUTHERLAND, Louise. **Transamazônica a viagem impossível**. Santos: Ediventura, 2023.

WEBER, Max. **Sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Moraes, 1991.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979